

## As fragilidades das normas internacionais de Contabilidade



Por A. Domingues de Azevedo, presidente da Direcção da CTOC

Os recentes acontecimentos verificados nos Estados Unidos da América, que se traduziram na falência de diversas instituições financeiras, com consequências ainda indefinidas a nível mundial, devem servir de elemento de profunda reflexão para todos nós. É difícil compreender como é que empresas, aparentemente sólidas, ficam falidas de um dia para o outro.

Custa entender como é que os diversos intervenientes na vida das empresas não detectaram o seu estado financeiro, enganando as pessoas e desfazendo, subitamente, o sonho de tanta gente, consubstanciado, em muitos casos, em economias ameahadas ao longo de uma vida.

Tem que se fazer um esforço para encontrar as razões que desencadearam este turbilhão de acontecimentos. Até porque existem demasiadas coisas em jogo para que se ignore a origem destas situações.

Desde logo o modelo contabilístico adoptado. A gestão e a sua interferência na execução contabilística. A forma e a fundamentação da auditoria e da revisão às contas das empresas.

Insisto: é de muito difícil compreensão como é que havendo um tão elevado número de intervenientes na elaboração e certificação das demonstrações financeiras, ninguém se tenha apercebido do estado económico e financeiro das empresas. Estas e outras questões lançam um conjunto de dúvidas que, a ficar sem resposta, colocará em crise de fiabilidade pilares que até hoje têm sido o suporte da informação económica e financeira das empresas.

No passado recente, os escândalos contabilísticos verificados na Enron e Worldcom, já tinham alertado o mundo para que algo não estava bem nos modelos organizacionais adoptados por algumas empresas, nomeadamente nos Estados Unidos. Parece pacífi-

co concluir que a tese de que estamos na presença de acidentes de percurso cai, com absoluta certeza, por terra, com os últimos acontecimentos. É inequívoco que a crise instalada radica na estrutura organizacional contabilística.

As empresas vítimas do colapso financeiro, segundo informações dos meios de comunicação social, tinham as suas contabilidades organizadas de acordo com as normas internacionais de Contabilidade (NIC). A ser verdade aquela afirmação, ela virá consagrar aquilo que já por diversas vezes tenho alertado de que aquelas normas, pela indefinição que corporizam, acabam por «ser pau para toda a obra.»

Podem ser usadas de forma correcta, aproximando o mais possível a informação financeira da realidade patrimonial das empresas, mas podem também, exactamente porque sem limites, dar guarida a formas de encobrir a realidade patrimonial das empresas, maquilhando-a ao bel-prazer dos intentos dos respectivos agentes.

Embora intuindo-se algo de desconforme em todo este processo, pois a sua dimensão deveria ser descoberta pelos intervenientes que à partida são os garantes da verdade patrimonial, e emergindo comportamentos que indicam a ausência de ética profissional, penso que o enquadramento das NIC, numa lógica de funcionalidade e na definição de balizamentos comportamentais, poderia evitar o descrédito a que ficam sujeitas com factos desta natureza.

Dado que em Portugal se encontra em análise uma proposta de adopção das normas internacionais, julgo que o exemplo do que está a acontecer noutras partes do mundo deve servir de mote para que evitemos réplicas no nosso País e, em particular, na nossa economia. ■